

**Artigo 4.º****Competência**

Compete ao Conselho Nacional da Droga e da Toxicodependência:

- a) Pronunciar-se, a título consultivo, sobre a Estratégia Nacional de Luta contra a Droga e respectivas alterações;
- b) Pronunciar-se, a título consultivo, sobre o plano de acção plurianual, se existir, e o plano anual de desenvolvimento e ainda sobre o relatório anual de execução da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, apresentados pelo membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência;
- c) Pronunciar-se, quando solicitado, sobre acções, iniciativas ou projectos concretos de execução da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga.

**Artigo 5.º****Apoio administrativo**

O apoio administrativo ao funcionamento do Conselho Nacional da Droga e da Toxicodependência será prestado pelo Instituto Português da Droga e da Toxicodependência.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Abril de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Jaime José Matos da Gama — Júlio de Lemos de Castro Caldas — Fernando Manuel dos Santos Gomes — Fernando Manuel dos Santos Gomes — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — António Luís Santos Costa — Guilherme d'Oliveira Martins — Maria Manuela de Brito Arcaño Marques da Costa — Alberto de Sousa Martins — Armando António Martins Vara.*

Promulgado em 8 de Maio de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 12 de Maio de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

**Decreto-Lei n.º 90/2000**

de 18 de Maio

São conhecidos os passos determinados do Governo de aplicação de uma política face à toxicodependência que se pretende envolvente, séria, ponderada e global.

A afirmação, apreendida nas inúmeras iniciativas tomadas pelo Governo, é confirmada e reforçada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99, de 22 de Abril, diploma que, sublinha-se, pela primeira vez em Portugal, traz à luz, na forma de Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, um conjunto integrado e coerente de princípios, objectivos e opções estratégicas que determinam o essencial da acção governativa nesta matéria nos próximos anos.

Ponderadas as principais linhas de força da Estratégia, o Governo entendeu, a bem do cumprimento do que ali vai determinado, proceder à revisão do regime jurídico do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT), criado pelo Decreto-Lei n.º 31/99, de 5 de Fevereiro, institucionalizando, a um mesmo passo, uma estrutura de coordenação governamental capaz de apoiar a desejada articulação das políticas prosseguidas pelos diferentes ministérios competentes em matéria de luta contra a droga e, simultaneamente, capaz de assegurar a concertação das acções e intervenções directas, sobretudo de prevenção primária dos diferentes serviços a nível central, regional e local. Nesse sentido, assumida a necessidade de uma estrutura de coordenação simples e flexível, papel até aqui desempenhado pelo Projecto VIDA, procurou-se a integração do que de mais válido e eficaz havia naquela estrutura no modelo orgânico do IPDT, no que representa um esforço de racionalização dos meios e soluções já consagradas.

Ao mesmo tempo, a experiência entretanto recolhida com a entrada em funcionamento do IPDT aconselha e recomenda a criação de um modelo orgânico que, porque mais flexível, maleável e racional, melhor se adapta ao tratamento de uma problemática a que a investigação, a análise e estudo dos elementos disponíveis e a prática, diariamente aportam novas dimensões. Foi cumprido o disposto na Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**CAPÍTULO I****Objecto, natureza e atribuições****Artigo 1.º****Objecto**

O Instituto Português da Droga e da Toxicodependência passa a reger-se pelo presente diploma.

**Artigo 2.º****Natureza e sede**

1 — O Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, adiante abreviadamente designado IPDT, é uma pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

2 — O IPDT tem a sua sede em Lisboa.

**Artigo 3.º****Regime**

O IPDT rege-se pelas disposições do presente diploma e pelos seus regulamentos internos a homologar pelo membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

**Artigo 4.º****Superintendência**

1 — O IPDT exerce a sua actividade sob a superintendência do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

2 — Compete ao membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência:

- a) Definir os objectivos a prosseguir pelo IPDT, designadamente para efeitos de preparação de planos de acção e orçamentos;
- b) Acompanhar e avaliar a actividade do IPDT, solicitando todas as informações necessárias e emitindo directivas e recomendações;
- c) Orientar e acompanhar o processo de criação dos serviços descentralizados do IPDT;
- d) Determinar auditorias e inspecções à organização e funcionamento do IPDT;
- e) Definir os parâmetros da negociação colectiva a que houver lugar, nos termos da lei.

3 — Compete ainda ao membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência:

- a) Aprovar os planos de acção e financeiros plurianuais;
- b) Aprovar os planos de actividade e os orçamentos anuais;
- c) Aprovar a conta e o relatório de actividades anuais;
- d) Aprovar as tabelas de preços a cobrar por serviços prestados;
- e) Autorizar a celebração de negócios jurídicos sobre bens imóveis quando as respectivas verbas globais não estejam previstas no orçamento anual;
- f) Autorizar a contracção de empréstimos.

#### Artigo 5.º

##### Atribuições

São atribuições do IPDT:

- a) Desempenhar as tarefas de coordenação e execução da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga que lhe forem atribuídas pelo membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência;
- b) Promover a prevenção do consumo de droga e da toxicodependência através da intervenção na comunidade;
- c) Apoiar as comissões de processamento das contra-ordenações por aquisição, posse para consumo e consumo de droga;
- d) Promover, coordenar e apoiar as iniciativas de entidades privadas e públicas no domínio da prevenção do consumo de droga e da toxicodependência;
- e) Recolher, tratar e divulgar dados, informação e documentação técnico-científica na área da droga e da toxicodependência, nomeadamente a relativa ao consumo e ao tráfico de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e precursores;
- f) Instituir e assegurar o funcionamento de um sistema nacional de informação sobre droga e toxicodependência;
- g) Assegurar, na sua qualidade de ponto focal nacional, o cumprimento das obrigações do Estado Português junto do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT);

- h) Proceder à avaliação da execução das políticas de luta contra a droga e a toxicodependência;
- i) Assegurar a cooperação com entidades externas no domínio da droga e da toxicodependência;
- j) Promover e estimular a investigação sobre o fenómeno da droga e da toxicodependência;
- k) Apoiar a formação dos profissionais que intervêm no domínio da droga e da toxicodependência;
- l) Estudar e propor medidas legislativas e administrativas em matéria de droga e toxicodependência, bem como acompanhar e apoiar a sua aplicação;
- m) Responder às consultas formuladas pelos serviços da Administração Pública ou por outras entidades públicas ou privadas em matéria das suas atribuições.

#### Artigo 6.º

##### Colaboração com outras entidades

1 — Para a prossecução das suas atribuições, o IPDT pode associar-se com outras entidades do sector público, privado e cooperativo, designadamente associações empresariais, universidades ou instituições e serviços do Ministério da Saúde ou do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, mediante, nomeadamente, a constituição de associações ou outro tipo de pessoa colectiva.

2 — Os serviços públicos e organizações privadas devem comunicar ao IPDT os dados e informações relativos à sua actividade que lhes sejam solicitados para prossecução das atribuições do IPDT.

## CAPÍTULO II

### Órgãos e serviços

#### SECÇÃO I

##### Órgãos

#### Artigo 7.º

##### Órgãos

São órgãos do IPDT:

- a) O conselho de administração;
- b) A comissão técnica de acompanhamento;
- c) O conselho técnico-científico;
- d) O fiscal único.

#### Artigo 8.º

##### Dos órgãos colegiais

O funcionamento dos órgãos colegiais do IPDT rege-se pelo disposto nos artigos 14.º a 28.º do Código do Procedimento Administrativo em tudo o que não for expressamente previsto no presente diploma.

#### SECÇÃO II

##### Conselho de administração

#### Artigo 9.º

##### Composição

1 — O conselho de administração é composto pelo presidente e dois vogais.

2 — Os membros do conselho de administração são nomeados por despacho do Primeiro-Ministro, o qual pode delegar no membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

3 — A cessação do mandato do presidente implica a cessação simultânea dos mandatos dos restantes membros do conselho de administração.

#### Artigo 10.º

##### Competência

Compete ao conselho de administração:

- a) Dirigir a actividade do IPDT;
- b) Elaborar e submeter à aprovação o plano de actividade anual, o orçamento anual, os planos de acção e financeiros plurianuais, o relatório de actividade e a conta anuais do IPDT;
- c) Aprovar os regulamentos necessários ao funcionamento dos serviços do IPDT;
- d) Gerir o património do IPDT, podendo adquirir, alienar, onerar, ceder e arrendar activa e passivamente, bens móveis e imóveis e aceitar doações, heranças ou legados, nos termos da lei e do presente diploma;
- e) Gerir os recursos humanos, podendo celebrar convenções colectivas de trabalho;
- f) Constituir mandatários e designar representantes junto de outras entidades nacionais ou internacionais.

#### Artigo 11.º

##### Reuniões

O conselho de administração do IPDT reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que for convocado pelo presidente ou a solicitação de dois dos seus membros.

#### Artigo 12.º

##### Delegação de poderes e distribuição de áreas de funcionamento

1 — O conselho de administração pode delegar, com a faculdade de subdelegação, em um ou mais dos seus membros, ou nos dirigentes do IPDT, competências que lhe estão cometidas.

2 — O conselho de administração pode ainda distribuir entre os seus membros, sob proposta do presidente, a gestão das várias áreas de funcionamento do IPDT.

3 — A distribuição prevista no número anterior envolverá a delegação de poderes correspondentes às competências inerentes às áreas em causa.

4 — O conselho de administração deve, em qualquer caso, fixar expressamente os limites das delegações de poderes e mencionar ou não a faculdade de subdelegação.

5 — O previsto nos números anteriores não prejudica o poder do conselho de administração de avocar a competência, bem como o poder de revogar os actos praticados pelo delegado ou subdelegado ao abrigo da delegação ou subdelegação, sempre que entenda conveniente.

6 — Incumbe a todos os membros do conselho de administração o dever de acompanhar a generalidade dos assuntos do IPDT e sobre os mesmos se pronunciar.

#### Artigo 13.º

##### Vinculação do IPDT

1 — O IPDT obriga-se:

- a) Pela assinatura conjunta de dois membros do conselho de administração, sendo uma delas a do presidente ou de quem o substitua nas suas ausências e impedimentos;
- b) Pela assinatura de um membro do conselho de administração que para tanto tenha recebido, em acta, delegação do conselho de administração para acto ou actos determinados;
- c) Pela assinatura de quem estiver devidamente habilitado para o efeito nos termos do artigo anterior.

2 — Os actos de mero expediente de que não resultem obrigações para o IPDT podem ser assinados por qualquer membro do conselho de administração ou por a quem tal poder tenha sido conferido.

#### Artigo 14.º

##### Presidente do conselho de administração

1 — Compete ao presidente do conselho de administração:

- a) Convocar e presidir às reuniões dos órgãos colegiais do IPDT e assegurar o cumprimento das respectivas deliberações;
- b) Assegurar as relações do IPDT com a superintendência;
- c) Representar o IPDT em juízo e fora dele;
- d) Assegurar, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a coordenação da representação portuguesa a nível internacional em matéria de luta contra a droga e a toxicodependência.

2 — O presidente poderá praticar os actos urgentes da competência do conselho de administração sempre que este não puder reunir em tempo útil.

3 — Os actos referidos no número anterior, sempre que não sejam de gestão corrente, deverão ser ratificados pelo conselho de administração na primeira reunião subsequente à sua prática.

#### Artigo 15.º

##### Estatuto dos membros do conselho de administração

1 — O presidente e os vogais estão sujeitos ao estatuto de gestor público, auferindo as remunerações e tendo as regalias que lhes forem fixadas por despacho conjunto do Ministro das Finanças, do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência e do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

2 — Os membros do conselho de administração exercerão as funções em regime de tempo completo, estando sujeitos ao regime de incompatibilidades e impedimentos aplicável aos titulares de altos cargos públicos.

## SECÇÃO III

Comissão técnica de acompanhamento

## Artigo 16.º

## Competência e composição

1 — A comissão técnica de acompanhamento é um órgão técnico interdepartamental ao qual compete:

- a) Assegurar a articulação interministerial das políticas prosseguidas pelos diversos ministérios competentes em matéria de luta contra a droga e a toxicodependência, garantindo a sua tradução em orientações superiores uniformes para os serviços;
- b) Promover a articulação da intervenção dos serviços da administração central directa e indirecta, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a concertação das acções em matéria de luta contra a droga e a toxicodependência;
- c) Pronunciar-se sobre as propostas de plano e de relatório de actividade anuais do IPDT;
- d) Promover a inclusão das orientações fundamentais da estratégia nacional de luta contra a droga nos planos de acção dos organismos públicos e privados com responsabilidades em matéria de luta contra a droga e a toxicodependência;
- e) Apreciar quaisquer assuntos que lhe sejam apresentados pelo presidente do conselho de administração do IPDT;
- f) Aprovar o seu regulamento interno.

2 — A comissão técnica de acompanhamento é presidida pelo presidente do conselho de administração do IPDT e é constituída por representantes das seguintes entidades:

- a) Membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência;
- b) Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- c) Ministério da Administração Interna;
- d) Ministério das Finanças;
- e) Direcção-Geral de Pessoal, do Ministério da Defesa Nacional;
- f) Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, do Ministério das Finanças;
- g) Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade;
- h) Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, do Ministério da Justiça;
- i) Comissão Coordenadora de Promoção e Educação para a Saúde, do Ministério da Educação;
- j) Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, do Ministério da Saúde;
- k) Estado-Maior-General das Forças Armadas;
- l) Instituto Nacional do Desporto;
- m) Serviço de Informações de Segurança;
- n) Polícia de Segurança Pública;
- o) Guarda Nacional Republicana;
- p) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- q) Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- r) Instituto para o Desenvolvimento Social;
- s) Instituto de Reinserção Social;
- t) Polícia Judiciária;
- u) Instituto Português da Juventude.

3 — Os Ministérios podem fazer-se representar através de outros serviços que não estejam indicados no número anterior.

4 — O regulamento interno de funcionamento a aprovar pela comissão técnica de acompanhamento pode prever a constituição de subcomissões especializadas,

## SECÇÃO IV

Conselho técnico-científico

## Artigo 17.º

## Competência e composição

1 — O conselho técnico-científico é o órgão consultivo do IPDT ao qual compete:

- a) Pronunciar-se sobre as propostas de plano e relatório de actividade anuais do IPDT;
- b) Apreciar os relatórios periódicos que o IPDT tenha o dever legal de apresentar junto de entidades internas e externas;
- c) Emitir parecer sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos pelo presidente;
- d) Acompanhar o desenvolvimento dos estudos e a investigação científica realizada ou apoiada pelo Centro de Informação sobre a Droga e a Toxicodependência ou pelo Departamento de Investigação e Formação;
- e) Aprovar o seu regulamento interno.

2 — O conselho técnico-científico tem a seguinte composição:

- a) O presidente do conselho de administração do IPDT, que preside;
- b) Os responsáveis pelo Centro e pelos departamentos do IPDT;
- c) Os delegados regionais do IPDT;
- d) Cinco personalidades externas ao IPDT, com reconhecida competência científica na área da droga e da toxicodependência, a nomear pelo membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

3 — A participação em reuniões do conselho confere aos membros exteriores ao IPDT o direito ao abono de senhas de presença, de montante a fixar por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência, bem como do membro do Governo que tiver a seu cargo a Administração Pública.

## SECÇÃO V

Do fiscal único

## Artigo 18.º

## Nomeação e competências

1 — O fiscal único é designado, de entre revisores oficiais de contas, mediante despacho conjunto do Ministro das Finanças e do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

## 2 — Compete ao fiscal único:

- a) Acompanhar e controlar a gestão financeira do IPDT;
- b) Apreciar e emitir parecer sobre o orçamento, o relatório anual de actividade e a conta anual do IPDT;
- c) Fiscalizar a boa execução da contabilidade do IPDT e o cumprimento das disposições aplicáveis em matéria orçamental, contabilística e de tesouraria, informando o conselho de administração de qualquer anomalia eventualmente detectada;
- d) Pronunciar-se sobre todos os assuntos da sua competência que lhe sejam submetidos pelo conselho de administração.

## CAPÍTULO III

## Dos serviços

## SECÇÃO I

## Serviços

## Artigo 19.º

## Serviços

1 — Para a prossecução das suas atribuições, o IPDT dispõe de serviços centrais e de serviços regionais.

## 2 — São serviços centrais:

- a) O Centro de Informação sobre a Droga e a Toxicodependência (CIDT);
- b) O Departamento de Intervenção na Comunidade (DIC);
- c) O Departamento de Investigação e Formação (DIF);
- d) O Departamento de Apoio às Comissões de Processamento de Contra-Ordenações (DACPC);
- e) O Departamento de Planeamento e Administração Geral (DPAG);
- f) O Gabinete de Apoio às Relações Internacionais (GARI).
- g) O Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ).

## 3 — São serviços regionais as delegações regionais.

## SECÇÃO II

## Serviços centrais

## Artigo 20.º

## Centro de Informação sobre a Droga e a Toxicodependência

## 1 — Ao CIDT compete:

- a) Proceder à recolha, tratamento e divulgação dos dados reunidos nos diversos serviços da Administração Pública e organizações privadas com intervenção em matéria de droga e de toxicodependência, bem como assegurar a gestão das respectivas bases de dados;
- b) Estudar e desenvolver, em articulação com as instâncias competentes, metodologias de reco-

lha e análise de dados e informação que assegurem a qualidade da produção final e a comparabilidade dos mesmos;

- c) Proceder à recepção, tratamento e divulgação das informações previstas no artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro;
- d) Assegurar a ligação e a troca de informação com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência;
- e) Recolher, tratar e divulgar a informação documental científica e técnica sobre droga e toxicodependência;
- f) Proceder à recolha e tratamento de informação jurídica sobre droga e a toxicodependência;
- g) Facultar aos serviços e entidades com intervenção em matéria de droga e toxicodependência e do combate ao tráfico dados e informações necessários à sua actividade;
- h) Gerir o espólio documental do IPDT e assegurar o atendimento ao público que a ele se dirija;
- i) Garantir a edição e divulgação das publicações do IPDT.

## 2 — O CIDT compreende os seguintes núcleos:

- a) O Núcleo de Estatística, ao qual cabe o exercício das competências previstas nas alíneas a) e b);
- b) O Núcleo de Ligação, ao qual cabe o exercício das competências previstas na alínea d);
- c) O Núcleo de Informação e Documentação, ao qual cabe o exercício das competências previstas nas alíneas c) e e) a j).

## Artigo 21.º

## Departamento de Intervenção na Comunidade

## Ao DIC compete:

- a) Planificar e executar as tarefas atribuídas ao IPDT em matéria de intervenção na comunidade;
- b) Planificar e coordenar a actividade das delegações regionais do IPDT em matéria de intervenção na comunidade;
- c) Promover e apoiar programas e projectos no âmbito da prevenção da droga e da toxicodependência;
- d) Emitir parecer sobre a relevância dos programas e projectos apresentados ao IPDT com vista ao seu financiamento;
- e) Promover, desenvolver e aplicar metodologias de avaliação das diversas acções por si desenvolvidas ou apoiadas e elaborar os respectivos relatórios;
- f) Assegurar o funcionamento de um serviço de atendimento telefónico de aconselhamento sobre droga e toxicodependência.

## 2 — O DIC compreende os seguintes núcleos:

- a) O Núcleo Operacional, ao qual cabe o exercício das competências previstas nas alíneas a), b) e f);
- b) O Núcleo de Programas e Projectos, ao qual cabe o exercício das competências previstas nas alíneas c) a e).

**Artigo 22.º****Departamento de Investigação e Formação****1 — Ao DIF compete:**

- a) Desenvolver e apoiar a investigação científica sobre a droga e a toxicodependência, por si ou através da celebração de protocolos, acordos de colaboração ou contratos com entidades, públicas ou privadas, designadamente com instituições universitárias;
- b) Estabelecer metodologias e procedimentos de avaliação das iniciativas públicas e privadas em matéria de droga e toxicodependência;
- c) Apoiar os profissionais dos diferentes serviços sectoriais e organizações privadas que actuem no domínio da prevenção da droga e da toxicodependência;
- d) Planificar e promover, em concertação com a acção desenvolvida, designadamente, pelos serviços de saúde e de educação, acções de formação dirigidas aos profissionais ou instituições privadas com intervenção no domínio da prevenção da droga e da toxicodependência.

**2 — O DIF compreende os seguintes núcleos:**

- a) O Núcleo de Investigação, ao qual cabe o exercício das competências previstas nas alíneas a) e b);
- b) O Núcleo de Formação, ao qual cabe o exercício das competências previstas nas alíneas c) e d).

**Artigo 23.º****Departamento de Apoio às Comissões de Processamento de Contra-Ordenações****Ao DACPC compete:**

- a) Apoiar o funcionamento de comissões de processamento de contra-ordenações por aquisição, posse para consumo e consumo de droga;
- b) Manter o registo centralizado atinente aos processos de contra-ordenação.

**Artigo 24.º****Departamento de Planeamento e Administração Geral****Ao DPAG compete:**

- a) Gerir os recursos humanos do IPDT e, nomeadamente, proceder ao recrutamento, selecção, admissão e cessação de funções de pessoal, bem como à organização e manutenção dos processos individuais;
- b) Assegurar o apoio administrativo aos órgãos e serviços do IPDT que não disponham de apoio específico;
- c) Executar as tarefas inerentes à recepção, classificação, distribuição, expedição e arquivo da correspondência;
- d) Assegurar o funcionamento da reprografia e microfilmagem da documentação;
- e) Elaborar os planos financeiros plurianuais;
- f) Elaborar os projectos de orçamento de receitas próprias, de funcionamento e do PIDDAC do IPDT;

- g) Propor as alterações aos vários orçamentos necessárias ao bom funcionamento dos serviços;
- h) Elaborar o projecto de conta anual;
- i) Assegurar a gestão e conservação do património e das instalações do IPDT, mantendo actualizado o inventário;
- j) Processar vencimentos e despesas previamente autorizadas, bem como promover as aquisições de bens e serviços;
- k) Garantir a instalação, funcionamento e manutenção das infra-estruturas do sistema informático e respectiva rede interna do IPDT, nomeadamente no que se refere ao equipamento afecto à ligação com a Reitox europeia;
- l) Garantir a segurança do sistema informático do IPDT;
- m) Administrar as bases de dados, ferramentas e aplicações informáticas e prestar apoio às diversas unidades orgânicas do IPDT e suas delegações regionais, na exploração dos dados, produtos aplicativos e aplicações existentes.

**Artigo 25.º****Gabinete de Apoio às Relações Internacionais****Ao GARI compete:**

- a) Elaborar ou participar na elaboração de estudos necessários à definição das políticas nacionais relativas à droga e à toxicodependência no âmbito das relações internacionais, de tipo multilateral ou bilateral;
- b) Estudar e analisar as implicações resultantes da participação de Portugal em acordos de cooperação multilateral ou bilateral sobre droga e toxicodependência;
- c) Acompanhar a preparação e execução dos acordos internacionais sobre droga e toxicodependência;
- d) Participar na preparação e integrar a representação portuguesa em organismos e actividades relativos à droga e à toxicodependência;
- e) Participar em grupos de trabalho de âmbito internacional sobre droga e toxicodependência;
- f) Dar parecer sobre os projectos de cooperação internacional no domínio da droga e da toxicodependência que possam ser apoiados, bem como sobre as formas de financiamento e de acompanhamento da execução dos mesmos;
- g) Colaborar, de acordo com as disposições legais em vigor, na execução do controlo do mercado ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e precursores.

**Artigo 26.º****Gabinete de Apoio Jurídico****Ao GAJ compete:**

- a) Participar na análise e preparação de projectos de diplomas legais e de regulamentos;
- b) Elaborar ou apreciar minutas de contratos, acordos, protocolos e despachos referentes a actos administrativos de gestão ou de administração que lhe sejam solicitados;

- c) Preparar projectos de resposta a reclamações e recursos administrativos;
- d) Acompanhar a aplicação das leis referentes ao controlo e repressão do tráfico de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e precursores junto dos tribunais e das entidades policiais;
- e) Instruir processos, nomeadamente disciplinares, e assegurar o patrocínio judicial do IPDT;
- f) Emitir pareceres, elaborar informações e proceder a estudos jurídicos sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos.

#### Artigo 27.º

##### Organização dos serviços centrais

1 — A admissão e o exercício de funções dos responsáveis pelos serviços elencados no n.º 2 do artigo 19.º e pelos respectivos núcleos estão sujeitos ao estatuto do pessoal dirigente, nos termos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho.

2 — O conselho de administração pode decidir sobre a criação de outros centros, departamentos ou núcleos, ou sobre a alteração dos enunciados nos artigos 20.º a 26.º, bem como sobre a criação de gabinetes especializados ou de assessoria dentro dos já existentes.

3 — Os serviços referidos no número anterior, a sua natureza, organização e competência serão definidos por regulamento interno a aprovar pelo conselho de administração e homologado por portaria do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

4 — Os níveis de direcção são designados em regulamento interno a aprovar pelo conselho de administração e a homologar por portaria pelo membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

### SECÇÃO III

#### Serviços regionais

#### Artigo 28.º

##### Delegações regionais

1 — As delegações regionais são serviços desconcentrados do IPDT, de natureza operacional, cabendo-lhes desenvolver a sua actividade a nível regional, no âmbito das atribuições do IPDT.

2 — Dependente de cada delegação regional poderá haver núcleos distritais ou locais.

3 — A criação, organização e funcionamento das delegações regionais e dos núcleos distritais e locais do IPDT serão definidos por regulamento interno a aprovar pelo conselho de administração e homologado por portaria do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

#### Artigo 29.º

##### Competência

À delegação regional compete:

- a) Desenvolver e apoiar a execução de programas e projectos de prevenção da droga e da toxicodependência a nível local e regional;
- b) Promover a articulação interinstitucional e incentivar a participação das instituições da comunidade, públicas e privadas, no desenvolvimento de acções de prevenção da droga e da toxicodependência;

- c) Participar e apoiar o funcionamento das comissões de processamento de contra-ordenações por aquisição, posse para consumo e consumo de droga, que funcionem na sua área de intervenção;
- d) Organizar e executar ou apoiar as acções de formação no domínio da prevenção da droga e da toxicodependência;
- e) Propor a atribuição de apoios financeiros ou outros a instituições com intervenção no domínio da prevenção da droga e da toxicodependência;
- f) Promover, desenvolver e aplicar metodologias de avaliação das diversas acções por si desenvolvidas ou apoiadas, elaborar os relatórios e analisar as respectivas conclusões;
- g) Desenvolver estudos de caracterização do fenómeno da droga e da toxicodependência a nível local e regional;
- h) Organizar o tratamento da informação que permita a elaboração de indicadores de mudança e impacte na população;
- i) Assegurar o funcionamento de um serviço de atendimento telefónico de aconselhamento na área da droga e da toxicodependência;
- j) Integrar e acompanhar os estágios profissionais.

#### Artigo 30.º

##### Articulação

A acção das delegações decorre em estreita articulação com outros serviços ou instituições, regionais ou locais, públicos ou privados, que desenvolvam actividades no domínio da droga e da toxicodependência.

### CAPÍTULO IV

#### Regime patrimonial e financeiro

#### Artigo 31.º

##### Património

O património do IPDT é constituído pela universidade dos bens por si adquiridos a qualquer título, bem como pelos bens do Estado que lhe estão afectos com vista à prossecução das suas actividades.

#### Artigo 32.º

##### Regime financeiro

1 — O IPDT utiliza os seguintes instrumentos de gestão financeira:

- i) Orçamento anual;
- ii) Plano de actividade anual;
- iii) Relatório de actividade anual;
- iv) Conta anual;
- v) Planos de acção e financeiros plurianuais.

2 — O orçamento anual do IPDT depende da aprovação do Ministro das Finanças e do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

3 — O relatório de actividades e as contas anuais, acompanhados do parecer do fiscal único, bem como de eventuais relatórios de auditoria externa, devem ser submetidos à aprovação do Ministro das Finanças e do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência e ao julgamento do Tribunal de Contas.

4 — O IPDT adopta, nas suas contas, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

### Artigo 33.º

#### Receitas

Constituem receitas do IPDT:

- a) As dotações atribuídas no Orçamento do Estado;
- b) As recompensas, objectos, direitos ou vantagens previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro;
- c) As receitas do jogo social JOKER que lhe forem atribuídas;
- d) As importâncias cobradas por serviços prestados a entidades públicas ou privadas;
- e) As quantias cobradas pela venda das publicações e outros trabalhos por si realizados ou editados;
- f) Os valores cobrados pela participação em acções de formação ou científicas que empreender e que devam ser objecto de remuneração;
- g) As dotações que forem destinadas ao IPDT no âmbito das instituições da União Europeia;
- h) Os subsídios, subvenções e comparticipações concedidos por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- i) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles;
- j) Os juros dos valores depositados ou mutuados, bem como quaisquer outros rendimentos de bens mobiliários ou imobiliários que a qualquer título fruir;
- k) Os saldos de gerência anteriores, que transitam para os anos económicos seguintes;
- l) As transferências no âmbito de acções apoiadas por fundos estruturais da Comunidade Europeia;
- m) Quaisquer outras receitas que lhe sejam devidas por lei, acordo ou contrato;
- n) As doações, heranças ou legados aceites a benefício de inventário.

### Artigo 34.º

#### Despesas

1 — Constituem despesas do IPDT:

- a) Os encargos com o funcionamento dos seus serviços e com as actividades por eles desenvolvidas para prossecução das suas atribuições;
- b) Os custos de aquisição, construção, manutenção e conservação de bens, equipamentos ou serviços de terceiros necessários para a prossecução das suas atribuições.

2 — O IPDT pode atribuir subsídios a entidades sem fins lucrativos para actividades relevantes para a prossecução das suas atribuições.

3 — O IPDT pode conceder estágios remunerados ou bolsas de estudo nos termos dos respectivos regulamentos internos.

### Artigo 35.º

#### Equiparação ao Estado

O IPDT é equiparado ao Estado para efeitos de:

- a) Isenção de emolumentos e custas, designadamente em processos judiciais, administrativos e fiscais;
- b) Representação pelo Ministério Público em quaisquer tribunais, sem prejuízo do património por advogado constituído;
- c) Responsabilidade civil extracontratual.

### Artigo 36.º

#### Aquisição de bens e serviços

A aquisição de bens e serviços rege-se pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

## CAPÍTULO V

### Pessoal

### Artigo 37.º

#### Regime e quadro de pessoal

1 — O pessoal do IPDT rege-se pelas normas aplicáveis ao contrato individual de trabalho e pelo regulamento interno, sem prejuízo das condições de trabalho fixadas em regulamentação colectiva.

2 — Os limites à contratação global do pessoal do IPDT constarão do plano de actividades e orçamento anuais.

### Artigo 38.º

#### Mobilidade

1 — Os funcionários do Estado, dos seus institutos públicos e das autarquias locais, bem como os trabalhadores das empresas públicas ou de sociedades de capitais públicos, poderão ser chamados a desempenhar funções no IPDT em regime de requisição, destacamento ou comissão de serviço, precedendo autorização da entidade de que depende o trabalhador, com garantia do seu lugar de origem e dos direitos nele adquiridos, considerando-se prestado, para efeitos da sua carreira e categoria no quadro de origem, todo o tempo de serviço prestado no IPDT.

2 — Os trabalhadores do IPDT poderão desempenhar funções nos serviços do Estado, em institutos públicos, autarquias locais, empresas públicas e empresas de capitais públicos nos mesmos termos do número anterior.

3 — Os trabalhadores que prestem serviço no IPDT nos termos do n.º 1 manterão o regime de protecção social inerente ao quadro de origem, nomeadamente no que se refere à aposentação, reforma, sobrevivência e apoio na doença.



## CAPÍTULO VI

**Disposições finais e transitórias**

## Artigo 39.º

**Regime financeiro transitório**

Até à entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2001, o regime financeiro do IPDT será de autonomia administrativa.

## Artigo 40.º

**Opção pelo contrato individual de trabalho**

1 — O pessoal actualmente vinculado à função pública pertencente ao quadro do IPDT ou que neste exerça funções em regime de comissão de serviço, requisição ou destacamento pode optar pela celebração de contrato individual de trabalho.

2 — A opção deve ser comunicada ao conselho de administração, em documento particular autenticado, e determina a vacatura, a partir da data da celebração do contrato individual de trabalho, do lugar da função pública de que o trabalhador era titular.

3 — O regulamento interno com as condições de prestação de funções do pessoal com contrato individual de trabalho deve estar aprovado no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor deste diploma.

4 — No caso de opção pela celebração de contrato individual de trabalho, é contada, para os efeitos relevantes de antiguidade, aposentação, reforma e demais regalias, a totalidade do tempo de serviço prestado na função pública.

## Artigo 41.º

**Manutenção do vínculo à função pública**

1 — O pessoal que, após a entrada em vigor do presente diploma, não opte pela celebração de contrato individual de trabalho continua sujeito ao regime geral da função pública, sem prejuízo da possibilidade de exercer a opção, com desvinculação, a todo o tempo.

2 — Para efeitos do número anterior, será definido, por portaria conjunta do Ministro das Finanças, do membro do Governo responsável pela Administração Pública e do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência, o quadro do IPDT do pessoal não dirigente, cujos lugares serão extintos da base para o topo à medida que vagarem.

3 — O presidente do conselho de administração exercerá, relativamente ao pessoal na situação dos números anteriores, os poderes próprios de director-geral da Administração Pública, sem prejuízo da delegação de poderes.

## Artigo 42.º

**Concursos**

Os concursos para ingresso ou acesso dos lugares do quadro a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º já realizados ou em curso na data da entrada em vigor do presente diploma são válidos para os respectivos lugares, sem prejuízo do disposto no artigo 39.º

## Artigo 43.º

**Comissão de serviço**

À data da entrada em vigor do presente diploma cessam todas as comissões de serviço do pessoal dirigente do IPDT, que se mantém em exercício de funções de gestão corrente até à designação dos novos dirigentes, não prejudicando os efeitos do artigo 32.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho.

## Artigo 44.º

**Extinção do Projecto VIDA**

1 — No prazo de três meses a contar da data da publicação do presente diploma é extinto o Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA, regulado pelo Decreto-Lei n.º 266/98, de 20 de Agosto.

2 — Todas as referências ao Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA consideram-se feitas ao IPDT.

3 — Entre a data de entrada em vigor do presente diploma e o prazo estabelecido no artigo anterior, o presidente do IPDT será simultaneamente coordenador nacional do Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA.

4 — No primeiro mandato que se iniciar após a publicação do presente diploma o presidente do IPDT auferirá o vencimento e beneficiará das regalias fixadas por despacho do Ministro das Finanças, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência.

## Artigo 45.º

**Transição de pessoal**

O pessoal afecto ao Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA, incluindo o referido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 266/98, de 20 de Agosto, passará a integrar os quadros do IPDT.

## Artigo 46.º

**Património, orçamento e responsabilidades financeiras**

1 — O património afecto ao Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA passa a estar afecto ao IPDT.

2 — O orçamento do Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA referente ao corrente ano passa para o IPDT.

3 — As receitas do JOKER anteriormente atribuídas ao Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA passam a estar afectas ao IPDT.

4 — As receitas previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, anteriormente atribuídas ao Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA, são afectas ao IPDT.

5 — O IPDT assume todas as responsabilidades e compromissos financeiros assumidos pelo Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA até à data da sua extinção.

## Artigo 47.º

**Extinção do grupo de planeamento**

É extinto o grupo de planeamento previsto e regulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 365/82, de 8 de Setembro.

**Artigo 48.º****Norma revogatória**

Com a entrada em vigor deste diploma são revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 266/98, de 20 de Agosto, sem prejuízo do disposto nos artigos 15.º, n.ºs 4 e 5, e 16.º, referentes aos núcleos distritais do Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA, enquanto não forem criadas as delegações regionais previstas no artigo 28.º do presente diploma, e do disposto no artigo 7.º, n.º 3, nos termos do artigo 44.º, n.º 2, do presente diploma;
- b) O Decreto-Lei n.º 31/99, de 5 de Fevereiro;
- c) O Despacho Normativo n.º 134/83, de 17 de Junho.

**Artigo 49.º****Referências a organismos extintos**

As referências constantes na lei ao Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à droga ou

ao Gabinete de Combate à Droga do Ministério da Justiça e ao Programa de Prevenção da Toxicodependência — Projecto VIDA consideram-se feitas ao IPDT.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Abril de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Jaime José Matos da Gama — Júlio de Lemos de Castro Caldas — Fernando Manuel dos Santos Gomes — Fernando Manuel dos Santos Gomes — Joaquim Augusto Nunes Pina Moura — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — António Luís Santos Costa — Guilherme d'Oliveira Martins — Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa — Alberto de Sousa Martins — Armando António Martins Vara.*

Promulgado em 8 de Maio de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 12 de Maio de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*